REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I - PARTE II

DECRETO Nº 46.237 - DE 18 DE JUNHO DE 1959

ANO XVII - Nº 70

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 23 DE ABRIL DE 1976

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

PORTARIAS DE 9 DE ABRIL DE 1976

O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, usando da prerrogativa que lhe confere o artigo 14 do Decreto-lei número 512, de 21 de março de 1969, combinado com o artigo 61, inciso XVI, do Regimento aprovado pela Portaria nº 36, de 13 de janeiro de 1975, de Ministro dos Transportes, resolve:

Nº 24 - Renovar o ato declaratório de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação a fins rodoviários, de uma área de terras com 25.669,41 m² de propriedade da firma Pedro Bianchi S.A. Comércio e Indústria, situada na faixa de domínio da rodovia BR-040, trecho Barbacena-Santos Dumont (Variante das Penhas) entre as estações ... 1575-1610, Município de Barbacena, Estado de Minas Gerais, conforme planta que baixa com o processo número 252.738-72.

Nº 25 - Declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação a fins rodoviários, área de terra e benfeitorias porventura nela encontradas abrangida pela faixa de domínio de 60 metros da rodovia BR-060, Jardim Bela Vista, subtrecho Acesso à Ponte Internacional Sobre o Rio Apa, entre as estações 4235 e 4396, numa extensão de 3.220 metros, conforme projeto aprovado pelo Diretor de Planejamento através Portaria nº DR.P. 035-76 e consoante desenho nº PEET-324-76 que baixa com o processo número ... 30.127-75.

Nº 26 - Declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação a fins rodoviários, área de terra e benfeitorias porventura nela encontradas abrangida pela faixa de domínio de 70 metros da rodovia ... BR-272, trecho Campo Mourão-Goiandé, entre as estações 0 - 2085 + 182 = 0 - 1872, numa extensão de 69.149 km, conforme projeto aprovado pelo Diretor de Planejamento através Portaria DR.P. 023-76 e consoante desenhos números ... PEET-1040-76 até PEET-1087-76 que baixam com o processo número ... 9.023-74.

Nº 27 - Declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação a fins rodoviários, área de terra e benfeitorias porventura nela encontradas abrangida pela faixa de domínio de 10/30 metros da rodovia BR-020, trecho Entrancamento BR-020-226 (Cruz...) Divisa CR-PI, entre as estações 0 - 3688 + 1940 = 4000 - 8103 + 0,24, numa extensão de 156,8 km conforme projeto aprovado pelo Diretor de Planejamento através Portaria número ...

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

DR.P. 042-76 e consoante desenhos números PEET-1088-76 até PEET-1191-76 que baixam com o processo nº 12.586-75.

Nº 28 - Declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação a fins rodoviários, área de terra e benfeitorias porventura nela encontradas abrangida pela faixa de domínio de 80 metros da rodovia BR-304-RO, trecho Aniquem - Porto Velho, subtrecho km 1282 ao km 1474, entre as estações 0 e 9578 + 10,50, numa extensão de 191,570 km conforme projeto aprovado pelo Diretor de Planejamento através Portaria nº DR.P. 040-76 e consoante desenhos números PEET-858-76 até PEET-988-76 que baixam com o processo nº 480.302-75.

Nº 29 - Declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação a fins rodoviários, área de terra e benfeitorias porventura nela encontradas abrangida pela faixa de domínio de 60 metros da rodovia ... BR-343, trecho Piripiri-Capitão dos Campos, entre as estações 0-1853 + 12,73 numa extensão de 37.072 km, conforme projeto aprovado pelo Diretor de Planejamento através Portaria nº DR.P. 023-76 e consoante desenhos números PEET-1015-76 até PEET-1039-76 que baixam com o processo nº 47.029-75.

Nº 30 - Renovar o ato declaratório de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação a fins rodoviários, de uma área de terras com 59.840,00m² propriedade de José Nunes de Avelar, situada na faixa de domínio da BR-381, trecho Governador Valadares-Bragança Paulista, subtrecho Ponte Sobre o Rio Conquistinha-Viaduto de Tarrafim, entre os km 135 + 883 e 135 + 931, localizada no Município de Oliveira, Estado de Minas Gerais, conforme planta que baixa com o processo número 276.211-75.

Nº 31 - Declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação a fins rodoviários, área de terra e benfeitorias porventura nela encontradas abrangida pela faixa de domínio de 100 metros da rodovia BR-384, trecho Curitiba-Porto Velho, subtrecho Baruação-Queimado-Rio Marco Rondon, entre os km 676 160 + 908,340, numa extensão de ... 232,180 km conforme projeto aprovado pelo Diretor de Planejamento através Portaria nº DR.P. 013-76 e consoante desenhos números ... PEET-634-76 até PEET-790-76 que baixam com o processo número ... 39.973-75.

Nº 32 - Renovar o ato declaratório de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação a fins rodoviários, de uma área de terras com 44.100,00m² e benfeitorias porventura nela encontradas, propriedade de Genaldo Salgado Mendonça, situada na faixa de domínio da ... BR-381, trecho Governador Valadares-Bragança Paulista, entre as estações 127 + 79,00 a 127 + 109,00 no Município de Oliveira, Estado de Minas Gerais, conforme planta que baixa com o nº 273.517-75.

Nº 33 - Declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação a fins rodoviários, área de terras e benfeitorias porventura nela encontradas abrangida pela faixa de domínio de 80 metros da rodovia ... BR-251, trecho Montes Clares-Entrancamento com a BR-116-MG, entre os km 0 - 58 + 188,81m = 0 - 55 + 666,79m = 0 - 59 + 453,40m = 0 - 97 + 632 = 0 - 52, numa extensão de 322,941 km conforme projeto aprovado pelo Diretor de Planejamento através Portaria número DR. P. 011-76 e consoante desenhos números PEET-408-76 até ... PEET-631-76 que baixam com o processo nº 9.972-75.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL

PORTARIA Nº 63-76-P, DE 23 DE MARÇO DE 1976

O Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, no uso das atribuições que lhe são conferidas no item IX, do artigo 4º do Decreto-lei número 289, de 28 de fevereiro de 1967, combinado com o inciso II, artigo 25, Capítulo IV, do Regimento aprovado pela Portaria Ministerial número 229, de 25 de abril de 1975,

Considerando o que dispõe o artigo 1º da Lei número 5.197-67, e,

Tendo em vista o que se contém no Processo IBDF número 862-76, resolve:

Art. 1º Declarar a área de aproximadamente 843 hectares do imóvel constituído pelas terras de propriedade da firma Lianet S. A. - Administração, Agricultura, Indústria e Comércio, registrada no Cartório de Registro Geral de Imóveis da Comarca de Brusque, Estado de Santa Catarina, sob o número 14.284, em 15 de fevereiro de 1960, como Refúgio Particular de Animais Nativos.

Art. 2º Entende-se como Refúgio Particular de Animais Nativos, a área de propriedade particular onde o exercício de qualquer atividade venatória é total e permanentemente proibida, inclusive pelo seu proprietário.

Art. 3º A interessada deverá comunicar às autoridades judiciais e policiais, bem como dar conhecimento à população em geral através da imprensa escrita do Município que abrange sua propriedade que está sob a reconhecida pelo Governo

Federal como Refúgio Particular de Animais Nativos.

Art. 4º A fiscalização da área referida no artigo primeiro será exercida pela proprietária, ficando inteiramente sob sua responsabilidade qualquer ato praticado.

Art. 5º A proprietária deverá providenciar a colocação de placas nas entradas e limites da área, com os seguintes dizeres: "É proibido Caçar" - Lei nº 5.197-67 - Portaria IBDF nº 63-76-P, de 23 de março de 1976.

Art. 6º O desrespeito à presente Portaria constitui contravenção sujeita às penalidades previstas na Lei número 5.197, de 3 de janeiro de 1967.

Art. 7º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paulo Azevedo Berutti, Presidente.

PORTARIA Nº 67-76-DE, DE 29 DE MARÇO DE 1976

O Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Capítulo IV, artigo 25, item III, do Regimento Interno aprovado pela Portaria Ministerial número 229, de 25 de abril de 1975,

Tendo em vista a autorização presidencial exarada na E.M. DASP número 0077-76, de 4 de fevereiro de 1976 e o que se contém no processo número 13.163-75, resolve:

Admitir, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, nos empregos abaixo relacionados, os seguintes candidatos habilitados em concurso público:

Engenheiro Agrônomo - NS-912-4 - Classe "A"

Francisco José Becker Reifschneider

Horário da Redação

O Setor de Redação funciona, para atendimento do público, das 11 às 17 horas.

Dos Originais

As Repartições Públicas deverão entregar no Serviço de Comunicações do Departamento de Imprensa Nacional, até as 17 horas, o expediente destinado à publicação.

Os originais para publicação, devidamente autenticados, deverão ser datilografados diretamente, em espaço dois, em papel acetinado ou apergaminhado, medindo no máximo 22 x 33 cm, sem emendas ou rasuras. Serão admitidas cópias em tinta preta e indelével, a critério do D.I.N.

Os originais encaminhados à publicação não serão restituídos às partes, ainda que não publicados.

Reclamações

As reclamações pertinentes à matéria retribuída, nos casos de erro ou omissão, deverão ser formuladas por escrito ao Setor de Redação, até o quinto dia útil subsequente à publicação.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

EXPEDIENTE

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITTO PEREIRA

DIRETOR DA DIVISÃO DE PUBLICAÇÕES
J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DO SERVIÇO EDITORIAL
MARIA LÚZIA DE MELO

DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I - PARTE II

Órgão destinado à publicação dos atos da administração descentralizada (Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional).

BRASILIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES		FUNCIONÁRIOS	
Semestral	Cr\$ 85,00	Semestral	Cr\$ 65,00
Anual	Cr\$ 165,00	Anual	Cr\$ 125,00
<i>Exterior</i>		<i>Exterior</i>	
Anual	Cr\$ 240,00	Anual	Cr\$ 195,00

PORTE AEREO

A ser contratado separadamente com a Delegacia Regional da E.C.T. (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos) em Brasília.

NÚMERO AVULSO

- O preço do número avulso figura na última página de cada exemplar.
- O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,50 por ano, se de exercícios anteriores.

Assinaturas

As assinaturas para o exterior serão anuais.

As assinaturas vencidas serão suspensas sem prévio aviso.

Para evitar interrupção na remessa dos órgãos oficiais, a renovação de assinatura deve ser solicitada com trinta (30) dias de antecedência.

As assinaturas das Repartições Públicas serão anuais e deverão ser renovadas até 31 de março.

Os Suplementos às edições dos órgãos oficiais só serão remetidos aos assinantes que solicitarem no ato da assinatura.

Os pedidos de assinaturas de servidores devem ser encaminhados com comprovante de sua situação funcional.

Remessa de Valores

A remessa de valores deverá ser feita mediante Ordem de Pagamento, por cheque, através do Banco do Brasil, a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional, acompanhada de esclarecimentos quanto à sua aplicação.

- 2 — Ademar Batista Penaforte
- 3 — Osvaldo dos Santos Brandão
- 4 — Anívio D'Aparecida Gonçalves

Agente Administrativo — SA-001.4
Classe "C"

- 1 — Antonio Carlos Masciel de Figueiredo
- 2 — Antonio Nilo Bandeira Barra
Datilógrafo SA-802.2 — Classe "A"
- 1 — Ivano Rogério Leal Hrácio
Paulo Azevedo Berutti, Presidente.

Diretoria de Pessoal

PORTARIAS DE 13 DE ABRIL DE 1976

O Diretor da Diretoria de Pessoal, usando da competência delegada pelo Sr. Diretor-Geral, através da Portaria n.º 668, de 23 de abril de 1971, publicada no Diário Oficial da União, de 5 de maio de 1971, resolve:

N.º 1.614 — Designar o servidor João de Andrada Filho, matrícula n.º 24.250, para substituir o Chefe de Seção Orçamentária, Código DAI.111.1

(NM), do Serviço de Programação e Controle, da Divisão de Melhoramentos eventuais.

N.º 1.615 — Designar o Agente Administrativo Sandra Regina Cardoso Estrella, matrícula n.º 2.877, para substituir o Chefe da Seção de Coordenação Auxiliar, código DAI — 111.1 (SA), do Serviço Administrativo, de Divisão de Pedágio, da Diretoria de Trânsito, em seus impedimentos eventuais.

N.º 1.616 — Designar o Agente Administrativo Hélio Cezar de Almeida, matrícula n.º 1.993.021 para substituir o Chefe do Serviço de Transporte Internacional de Cargas, código DAI — 111.2 (SA), da Divisão de Transporte de Cargas, da Diretoria de Transporte Rodoviário, em seus impedimentos eventuais.

N.º 1.617 — Designar o servidor Luciano Regazzi Cerck, matrícula n.º 2.294 para substituir o Chefe do Serviço de Tarifas, código DAI-111.2 (SA), da Divisão de Transporte de Passageiros, da Diretoria de Transporte Rodoviário, em seus impedimentos eventuais.

tembro de 1965, regulamentada pelo Decreto n.º 61.934, de 22 de dezembro de 1967, resolve:

Homologar nos termos da alínea "c" do artigo 2.º do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 61.934, de 22 de dezembro de 1967, o seguinte pedido de registro como Técnico de Administração, oriundo da 7.ª Região (Rio de Janeiro — Espírito Santo):
01 — João Pedro Gouvêa Vieira Filho

Brasília, 19 de março de 1976. — Murilo Moreira da Silva Presidente da Junta Interventora.

RESOLUÇÃO N.º 051-76

A Junta Interventora no Conselho Federal de Técnicos de Administração, no uso das atribuições que lhe confere a Lei n.º 4.769, de 9 de setembro de 1965, regulamentada pelo Decreto n.º 61.934 de 22 de dezembro de 1967, resolve:

Homologar nos termos da alínea "a" do artigo 2.º do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 61.934 de 22 de dezembro de 1967, os seguintes pedidos de registro como Técnicos de Administração, oriundos da 2.ª Região (Pará-Amapá):
01 — CFTA — Registro n.º 11.765 — CRTA registro n.º 186 Ivanete Queiroz Jatene
02 — CFTA — Registro n.º 11.766 — CRTA registro n.º 187 — Aifredo Luiz Bentes de Mello e Silva
03 — CFTA — Registro n.º 11.764 — CRTA registro n.º 188 — João Antonio Maia Filho.

Brasília, 19 de março de 1976. — Murilo Moreira da Silva, Presidente da Junta Interventora.

RESOLUÇÃO N.º 052-76

A Junta Interventora no Conselho Federal de Técnicos de Administração, no uso das atribuições que lhe confere a Lei n.º 4.769 de 9 de setembro de 1965, regulamentada pelo Decreto n.º 61.934, de 22 de dezembro de 1967, resolve:

Homologar nos termos da alínea "a" do artigo 2.º do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 61.934, de 22 de dezembro de 1967, o seguinte pedido de registro como Técnico de Administração, oriundo da 11.ª Região (Amazonas — Acre — Roraima):
01 — CFTA — Registro n.º 11.762 e CRTA — registro n.º 83 — Sônia Maria Alencar da Costa Novo
Brasília, 19 de março de 1976. — Murilo Moreira da Silva, Presidente da Junta Interventora.

RESOLUÇÃO N.º 050-76

A Junta Interventora no Conselho Federal de Técnicos de Administração, no uso das atribuições que lhe confere a Lei n.º 4.769, de 9 de setembro de 1965, regulamentada pelo Decreto n.º 61.934, de 22 de dezembro de 1967, resolve:

Homologar nos termos da alínea "c" do artigo 2.º do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 61.934, de 22 de dezembro de 1967, o seguinte pedido de registro como Técnico de Administração oriundo da 7.ª Região (Rio de Janeiro — Espírito Santo):
01 — Esmeralda Ribeiro Marques Grello

Brasília, 23 de março de 1976. — Murilo Moreira da Silva, Presidente da Junta Interventora.

RESOLUÇÃO N.º 053-76

A Junta Interventora no Conselho Federal de Técnicos de Administração, no uso das atribuições que lhe confere a Lei n.º 4.769, de 9 de setembro de 1965, regulamentada pelo Decreto n.º 61.934 de 22 de dezembro de 1967, resolve:

Homologar nos termos da alínea "a" do artigo 2.º do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 61.934, de 22 de dezembro de 1967, o seguinte pedido de registro como Técnico de Administração, oriundo da 2.ª Região (Pará-Amapá):
01 — CFTA — Registro n.º 11.768 — CRTA registro n.º 189 — Gildásio Rabelo Menezes
02 — CFTA — Registro n.º 11.769 — CRTA registro n.º 190 — Landulpho Bento de Mattos

Brasília, 23 de março de 1976. — Murilo Moreira da Silva, Presidente da Junta Interventora.

RESOLUÇÃO N.º 054-76

A Junta Interventora no Conselho Federal de Técnicos de Administração, no uso das atribuições que lhe confere a Lei n.º 4.769, de 9 de setembro de 1965, regulamentada pelo Decreto n.º 61.934 de 2 de dezembro de 1967, resolve:

Dar provimento ao recurso interposto pelo abaixo relacionado, encaminhado pelo CRTA da 7.ª Região (Rio de Janeiro — Espírito Santo) e concedendo-lhe registro como Técnico de Administração, nos termos

MINISTÉRIO DO TRABALHO

CONSELHO FEDERAL DE TÉCNICOS DE ADMINISTRAÇÃO

RESOLUÇÃO N.º 049-76

A Junta Interventora no Conselho Federal de Técnicos de Administração, no uso das atribuições que lhe confere a Lei n.º 4.769, de 9 de setembro de 1965, regulamentada pelo Decreto n.º 61.934, de 22 de dezembro de 1967, resolve:

Homologar nos termos da alínea "a" do artigo 2.º do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 61.934, de

22 de dezembro de 1967, o seguinte pedido de registro como Técnico de Administração, oriundo da 11.ª Região (Amazonas — Acre — Roraima):

01 — CFTA — Registro n.º 11.762 e CRTA — registro n.º 83 — Sônia Maria Alencar da Costa Novo
Brasília, 19 de março de 1976. — Murilo Moreira da Silva, Presidente da Junta Interventora.

do parágrafo único do artigo 2.º do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 61.934, de 22 de dezembro de 1967:

01 — Domenico Leta
Brasília, 23 de março de 1974. — **Murilo Moreira da Silva** Presidente da Junta Interventora.

RESOLUÇÃO N.º 055-76

A Junta Interventora no Conselho Federal de Técnicos de Administração, no uso das atribuições que lhe confere a Lei n.º 4.769, de 9 de setembro de 1965, regulamentada pelo Decreto n.º 61.934, de 22 de dezembro de 1967, resolve:

Dar provimento ao recurso interposto pelo abaixo relacionado encaminhado pelo CRTA, 6.ª Região (Minas Gerais), e conceder-lhe registro como Técnico de Administração, nos termos da alínea "a" do artigo 2.º do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 61.934, de 22 de dezembro de 1967;

01 — Pedro Borges de Oliveira
Brasília, 24 de março de 1976. — **Murilo Moreira da Silva**, Presidente da Junta Interventora.

RESOLUÇÃO N.º 056-76

A Junta Interventora no Conselho Federal de Técnicos de Administração, no uso das atribuições que lhe confere a Lei n.º 4.769 de 9 de setembro de 1965, regulamentada pelo Decreto n.º 61.934, de 22 de dezembro de 1967, resolve:

Homologar nos termos da alínea "c" do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 61.934, de 22 de dezembro de 1967, o seguinte pedido de registro como Técnico de Administração oriundo da 5.ª Região (Bahia — Alagoas):

01 — Antonio Ribeiro Bastos
Brasília, 26 de março de 1976. — **Murilo Moreira da Silva**, Presidente da Junta Interventora.

RESOLUÇÃO N.º 057-76

A Junta Interventora no Conselho Federal de Técnicos de Administração, no uso das atribuições que lhe confere a Lei n.º 4.769, de 9 de setembro de 1965, regulamentada pelo Decreto n.º 61.934, de 22 de dezembro de 1967, resolve:

lhe confere a Lei n.º 4.769, de 9 de setembro de 1965, regulamentada pelo Decreto n.º 61.934 de 22 de dezembro de 1967, resolve:

Homologar nos termos da alínea "a" do artigo 2.º do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 61.934, de 22 de dezembro de 1967, os seguintes pedidos de registro como Técnicos de Administração, oriunda da 2.ª Região (Paraíba — Amapá):

01 — CRTA — Registro n.º 11.773 — CRTA registro n.º 191 — Ceilina Cristina Soares Sampaio

02 — CRTA — Registro n.º 11.774 — CRTA — registro n.º 192 — Paulo Cuiña Rubin

Brasília, 26 de março de 1976. — **Murilo Moreira da Silva** Presidente da Junta Interventora.

RESOLUÇÃO N.º 058-76

A Junta Interventora no Conselho Federal de Técnicos de Administração, no uso das atribuições que lhe confere a Lei n.º 4.769, de 9 de setembro de 1965, regulamentada pelo Decreto n.º 61.934, de 22 de dezembro de 1967, resolve:

Não conceder provimento ao recurso interposto por Esmeralda Távares oriundo da 8.ª Região (São Paulo — Mato Grosso):

Brasília, 26 de março de 1976. — **Murilo Moreira da Silva**, Presidente da Junta Interventora.

RESOLUÇÃO N.º 59-76

A Junta Interventora no Conselho Federal de Técnicos de Administração, no uso das atribuições que lhe confere a Lei n.º 4.769, de 9 de setembro de 1967, regulamentada pelo Decreto n.º 61.934 de 22 de dezembro de 1967, resolve:

Dar provimento ao recurso interposto pelo abaixo relacionado, encaminhado pelo CRTA da 6.ª Região (Minas Gerais) e conceder-lhe registro como Técnico de Administração, nos termos da alínea "c" do artigo 2.º do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 61.934, de 22 de dezembro de 1967:

01 — Luiz Ultimo de Carvalho
Brasília, 30 de março de 1976. — **Murilo Moreira da Silva**, Presidente da Junta Interventora.

RESOLUÇÃO N.º 60-76

A Junta Interventora no Conselho Federal de Técnicos de Administração, no uso das atribuições que lhe confere a Lei n.º 4.769, de 9 de setembro de 1965, regulamentada pelo Decreto n.º 61.934, de 22 de dezembro de 1967, resolve:

Homologar nos termos da alínea "c" do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 61.934 de 22 de dezembro de 1967, o seguinte pedido de registro como Técnico de Administração oriundo da 7.ª Região (Rio de Janeiro — Espírito Santo):

01 — Mário Santos de Oliveira, Filho
Brasília, 30 de março de 1976. — **Murilo Moreira da Silva**, Presidente da Junta Interventora.

RESOLUÇÃO N.º 61-76

A Junta Interventora no Conselho Federal de Técnicos de Administração, no uso das atribuições que lhe confere a Lei n.º 4.769 de 9 de setembro de 1965, regulamentada pelo Decreto n.º 61.934, de 22 de dezembro de 1967, resolve:

Não conceder provimento ao recurso interposto por Renata Paulillo Monteiro, oriundo da 8.ª Região (São Paulo — Mato Grosso):

Brasília, 30 de março de 1976. — **Murilo Moreira da Silva** Presidente da Junta Interventora.

RESOLUÇÃO N.º 62-76

A Junta Interventora no Conselho Federal de Técnicos de Administração, no uso das atribuições que lhe confere a Lei n.º 4.769, de 9 de setembro de 1965, regulamentada pelo Decreto n.º 61.934, de 22 de dezembro de 1967, resolve:

Homologar nos termos da alínea "c" do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 61.934 de 22 de dezembro de 1967, o seguinte pedido de re-

gistro como Técnico de Administração, oriundo da 5.ª Região (Bahia — Sergipe — Alagoas):

01 — Carlos Neves Pinheiro
Brasília, 2 de abril de 1976. — **Murilo Moreira da Silva**, Presidente da Junta Interventora.

CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS DE ADMINISTRAÇÃO

9ª Região

RESOLUÇÃO N.º 06-76

A Junta Interventora no C. R. T. A. — 9.ª Região, resolve:

Art. 1.º Conceder registro provisório para o prazo de um (1) ano para todos os efeitos da legislação em vigor, nos termos da alínea (a) do artigo 3.º da Lei n.º 4.769, de 9 de setembro de 1965, aos bacharéis em administração:

RP-311 — Valéria Terezinha Rodrigues Dolzan

RP-312 — Paulo da Fontoura Portinho

RP-313 — Agenor da Silva

Art. 2.º Atribuir número de registro para todos os efeitos da legislação em vigor, nos termos da alínea (a) do artigo 3.º da Lei n.º 4.769, de 9 de setembro de 1965, aos bacharéis em administração:

N.º 1.164 — Algaicir de Souza Moreno

N.º 1.165 — Claudenir Arioli

N.º 1.166 — Paulo Roberto Rocha Kruger

Art. 3.º Deixar sem efeito o registro provisório RP-133, em vista de ter sido concedido o definitivo, ao bacharel em administração:

N.º 1.168 — Lucides Agostini

Art. 4.º A presente Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões em Curitiba, 31 de março de 1976. — **Hasdrubal Bellgard**, Presidente da Junta Interventora no CRTA-9.ª Região.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
CASA DA MOEDA DO BRASIL

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

0-0-0. 34.164.319/0001-74

EXERCÍCIO DE 1975

“SUPERAVIT” ORÇAMENTÁRIO APURADO

RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
1.0.0.0	RECEITAS CORRENTES	3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES
1.2.0.0	Receita Patrimonial	3.1.0.0	Despesas de Custeio
1.2.1.0	Receita de Valores Cambiais	3.1.1.0	Pessoal
	23.227.478,75	3.1.2.0	Material de Consumo
1.3.0.0	Receita Industrial	3.1.3.0	Serviços de Terceiros
1.3.1.0	Receita de Serviços Industriais	3.1.4.0	Encargos Diversos
	24.127.778,71	3.1.5.0	Despesas do Exercício Anterior
1.4.0.0	Transferências Correntes	3.2.0.0	Transferências Correntes
1.4.6.0	Contribuições da União	3.2.3.0	Transf. de Assist. e Previdência Social
	21.486.600,00	3.2.5.0	Contribuições da Previdência Social
1.6.0.0	Receitas Diversas	3.2.7.0	Diversas Transferências Correntes
1.6.9.0	Outras Receitas Diversas		
	1.368.632,73		
	277.258.688,19	4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL
2.0.0.0	RECEITAS DE CAPITAL	4.1.0.0	Investimentos
2.3.0.0	Alienação de Bens Móveis e Imóveis	4.1.1.0	Obras Públicas
2.3.1.0	Bens Móveis	4.1.3.0	Equipamentos e Instalações
	288.213,40	4.1.4.0	Material Permanente
2.8.0.0	Transferências de Capital		
2.8.9.0	Auxílio e/ou Contribuições	4.2.0.0	Empreendimentos Financeiros
2.8.9.0	Outras Transferências de Capital	4.2.1.0	Aquisições de Imóveis
	22.600.000,00	4.2.6.0	Diversos Investimentos Financeiros
2.9.0.0	Outras Receitas de Capital		
2.9.6.0	Saldo do Exercício Anterior		
	22.788.213,40		
	30.466.621,59		
TOTAL		TOTAL	
			221.711.221,19
			20.283.068,01
			347.094.689,18
			57.982.212,41
			200.000.000,00

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

PORTARIA DE 254, DE 7 DE ABRIL DE 1976

O Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, usando da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 1.º, parágrafo único do Decreto número 51.352, de 23 de novembro de 1961, e tendo em vista a inexistência do ato de aposentadoria, resolve:

De acordo com os artigos 101, item II e 102, item I, letra "a", da Constituição,

Declarar aposentado compulsoriamente, a partir de 1 de janeiro de 1964, o então Professor Catedrático Heitor de Andrade Lima, matrícula número 1.344.190, desta Universidade. (Proc. UFPE, n.º 15.026-75).

PORTARIAS DE 13 DE ABRIL DE 1976

O Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, usando da competência

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

cia que lhe foi atribuída pelo artigo 1.º, parágrafo único do Decreto número 51.352, de 23 de novembro de 1961, resolve:

Conceder exoneração, de acordo com o artigo 75, item I, da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952.

N.º 261 — No Quadro Único de Pessoal desta Universidade, a partir de 21 de maio de 1971, a Vilneyde Mabel Queiroz Gonçalves de Lima, ocupante do cargo de Professor Assistente, EC-503, matrícula número 2.218.550, tendo em vista sua integração na Fundação Universidade de Brasília, do Ministério da Educação e Cultura, considerando-se extinto e automaticamente suprimido, a partir daquela data, o cargo que vinha ocupando, em cumprimento ao disposto no parágrafo 3.º do artigo 1.º da Lei número 6.814, de

11 de dezembro de 1974. (Processo UFPE, n.º 21.823-76).

N.º 262 — No Quadro Único de Pessoal desta Universidade, a partir de 1 de fevereiro de 1976, a Fernando Antonio Maia Rodrigues de Almeida, ocupante do cargo de Professor Assistente, EC-503, matrícula número 2.219.160. (Proc. UFPE n.º 24.193, de 1976).

N.º 263 — No Quadro Permanente desta Universidade, a partir de 1 de agosto de 1975, a Aginaldo da Costa Silveira, ocupante do cargo de Agente de Portaria, TP-1202.2, matrícula n.º 2.067.348. — (Processo UFPE, n.º 11.177-75).

N.º 269 — Conceder aposentadoria, de acordo com os artigos 101, item III e 102, item I, letra "a", da Constituição, combinado com os artigos 78, pa-

rágrafo 2.º e 117, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952.

A Pedro Corrêa de Oliveira Andrade, matrícula número 1.882.698, no cargo de Professor Adjunto, do Quadro Único de Pessoal desta Universidade. (Proc. UFPE, n.º 21.900-76).

O Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, no uso da atribuição que lhe confere o art. 12 do Decreto número 72.912, de 10 de outubro de 1975, e tendo em vista o disposto no item 4 da Instrução Normativa DASP número 46, de 19 de agosto de 1975, resolve:

N.º 270 — Designar Arnaldo Figueira de Menezes, ocupante do cargo de Artífice de Carpintaria e Marcenaria, ART-704.4, do Quadro Permanente da mesma Universidade, para exercer a função de Chefe, Código: DAI.111.2, da Oficina de Carpintaria, da Divisão de Oficinas da Prefeitura da Cidade Universitária, correlata com a categoria funcional indicada, de acordo com o Decreto número 76.543, de 4 de novembro de 1973.

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL

PORTARIA N.º 300, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1976

O Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, usando das atribuições que lhe confere o artigo 15, do Decreto n.º 75.613, de 15 de abril de 1975, publicado no Diário Oficial da União de 8 de julho de 1975 e o artigo 158 do Regimento Interno aprovado pela Portaria n.º 129, de 24 de junho de 1975, do Ministro de Estado da Indústria e do Comércio, resolve de acordo com o artigo 12, item III, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, e tendo em vista o disposto nos artigos 2.º e 4.º, item II, do Decreto n.º 75.656, de 24 de abril de 1975, designar Luiz Vero de Freitas Damázio, para exercer a função de confiança de Assessor da Presidência, código LT-DAS-102.1, da Tabela Permanente desta Autarquia, de que trata o Decreto n.º 75.656, de 1975. — Gen. Alvaro Tavares Carmo.

PORTARIA N.º 301, DE 2 DE ABRIL DE 1976

O Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, usando das atribuições que lhe confere o artigo 15, do Decreto n.º 75.613, de 15 de abril de 1975, publicado no Diário Oficial da União de 8 de julho de 1975 e o artigo 158 do Regimento Interno aprovado pela Portaria n.º 129, de 24 de junho de 1975, do Ministro de Estado da Indústria e do Comércio, resolve tendo em vista o que consta do expediente protocolado sob o número SC-3.352-76, designar o Superintendente Regional de Pernambuco, Antonio Augusto de Souza Leão; o Procurador Autárquico, código SJ-1103.3, Cláudio de Albuquerque Pinheiro de Menezes; o Arquiteto, código NS-917.6, Carlos Falcão Correia Lima; o Fiscal de Tributos de Açúcar e Alcool, código TAF-604.1, Celéstio Aida Gomes Pedrosa, e o Estatístico, código NS-926.6, Arlindo de Almeida, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão destinada a elaborar o concurso de anteprojeto do prédio da Sede da Superintendência Regional do I.A.A. em Pernambuco. — Gen. Alvaro Tavares Carmo.

PORTARIA N.º 303, DE 6 DE ABRIL DE 1976

O Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, usando das atribuições

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

ções que lhe confere o artigo 15, do Decreto n.º 75.613, de 15 de abril de 1975, publicado no Diário Oficial da União de 8 de julho de 1975 e o artigo 158 do Regimento Interno aprovado pela Portaria n.º 129, de 24 de junho de 1975, do Ministro de Estado da Indústria e do Comércio, resolve designar o Fiscal de Tributos de Açúcar e Alcool, código TAF-604.4, Juarez Felix de Souza, para como Membro compor a Comissão de que trata a Portaria n.º 291, de 18 de março de 1976, destinada a eleger a licitação para as obras a serem executadas no 26.º andar do Edifício C.B.I. da Superintendência Regional de São Paulo, em substituição a Renato Cavalcanti Bezerra. — Gen. Alvaro Tavares Carmo.

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

CIRCULAR N.º 19, DE 9 DE ABRIL DE 1976

O Superintendente da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), na forma do disposto no artigo 36, alínea "c", do Decreto-lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966;

Considerando o proposto pelo Instituto de Resseguros do Brasil e o que consta do processo SUSEP número 4.000-73, resolve:

1. Aprovar as alterações nos artigos 4.º, 10, 15, 22, 28 e 29 da Tarifa de Seguro Incêndio do Brasil (TSIB), de conformidade com as disposições anexas, que ficam fazendo parte integrante desta circular.

2. Esta circular entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. — Alpheu Amaral.

Alterações nos artigos 4.º, 10, 15, 22, 28 e 29 da Tarifa de Seguro Incêndio do Brasil (TSIB).

I — Artigo 4.º — Riscos Acessórios e Coberturas Especiais

Incluir o subitem IX conforme abaixo:

IX — Cobertura Especial de Extravasamento ou Derrame de Materiais em Estado de Fusão.

1 — Permite-se, mediante a fixação de verba própria, a cobertura adicional de perdas e danos causados por extravasamento ou derrame de materiais, em estado de fusão, de seus normais contenedores ou calhas de corrimento.

2 — Essa cobertura será dada mediante a aplicação da Cláusula número 223.

II — Artigo 10 — Tópicos

Incluir o subitem 13, conforme abaixo:

13 — Para a concessão da Cobertura Especial de Extravasamento ou derrame de materiais em estado de fusão, prevista em IX do artigo 4.º, aplica-se a taxa de 0,95%.

III — Artigo 15 — Taxação de Riscos de Construção Classe 1

Incluir a alínea "g" no subitem 1.1, conforme abaixo:

g) a existência de partes em aberto nas paredes externas, limitadas a 25% da área total dessas paredes, não se admitindo no caso, em hipótese alguma, o emprego de materiais combustíveis nas partes fechadas.

IV — Artigo 22.º — Rescisão e Modificação do Contrato

Incluir:

a) no item 2.2, a expressão "... por ocasião do pagamento da indenização."

b) o subitem 2.21, com a seguinte redação:

"2.21 — Fica facultada, também, a reintegração automática, desde que incluída na apólice a cláusula 305."

V — Artigo 23 — Cláusulas Particulares Acessórias e Coberturas Especiais

Cláusula 223 — Extravasamento ou Derrame de Materiais em Estado de Fusão (sem aplicação da Cláusula de Rateio).

"Tendo o Segurado pago o prêmio adicional correspondente e não obstante o que em contrário possa dispor a Cláusula IV Prejuízos Não In-

denizáveis das Condições Gerais da Apólice, a Seguradora responderá também por perdas e danos causados, acidentalmente, por extravasamento ou derrame de materiais, em estado de fusão, de seus normais contenedores ou calhas de corrimento, incluindo o próprio material, ainda que não ocorra incêndio, deduzindo-se dos prejuízos apurados em caso de sinistro, a título de participação do Segurado, a parcela equivalente a 10% (dez por cento) dos mesmos, limitado ao mínimo de 10 (dez) vezes o maior valor de referência instituído pela Lei n.º 6.205, de 29 de abril de 1975, em vigor na data do evento.

Fica, outrossim, entendido que a presente garantia não está sujeita a aplicação da Cláusula de Rateio."

VI — Artigo 29 — Cláusula Particular

Cláusula 305 — Reintegração Automática.

Fica entendido e concordado que, em caso de sinistro que implique redução da importância segurada, esta será considerada automaticamente reintegrada — salvo se, dentro de 7 (sete) dias da data do sinistro, o Segurado ou Seguradora demonstrar, por escrito, intenção contrária."

PORTARIA N.º 137, DE 13 DE ABRIL DE 1976

O Superintendente da Superintendência de Seguros Privados usando da atribuição que lhe confere o artigo 12, do Decreto número 72.912, de 10 de outubro de 1975 e tendo em vista o disposto na alínea "c", do item 5, da Instrução Normativa DASP n.º 46, de 19 de agosto de 1975, resolve:

Designar Maria José Carvalho Teles, ocupante do emprego de Agente Administrativo "B", código LT-SA-801.2, da Tabela Permanente da Superintendência de Seguros Privados, com habilitação profissional do nível médio, para exercer em caráter provisório e por se tratar de primeiro provimento, a função de Chefe da Seção Financeira, da Divisão de Finanças, da Diretoria Geral, código LT-DAI-111.2, desta Autarquia, sem prejuízo da observância da correlação estabelecida pelo Decreto n.º 76.343, de 29 de setembro de 1975, quando dos provimentos da referida função que ocorrerem após a respectiva vacância.

2. Fazer cessar os efeitos da Portaria n.º 230, de 21 de julho de 1975 — Alpheu Amaral.

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

Retificação

Na Resolução CNEN-01-76, de 6 de Janeiro do corrente ano, publicada no Diário Oficial da União, de 5.4.76, página 1.430, Seção I — Parte II: "... onde se lê: em caráter experimental para o ano de 1977". Leia-se: "... em caráter experimental para o ano de 1976".

CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S. A. — ELETRONORTE

RESOLUÇÃO DE DIRETORIA Nº 49-76

Reunião: 09-76.

Relator: Diretor Jayme Barcessat

Assunto: Cria Escritório de ELETRONORTE na cidade de Porto Velho, Território Federal de Rondônia.

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

nia, que se denominará "Residência de Porto Velho"

A Diretoria da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A. — ELETRONORTE, no uso de suas atribuições estatutárias, considerando:

1. que o Artigo 2º dos Estatutos Sociais da ELETRONORTE, faculta o estabelecimento dos escritórios que se fizerem necessários para alcançar os objetivos sociais da Empresa; em outras cidades, além da cidade de Brasília — DF onde são a sede e o foco da ELETRONORTE;

2. que com o início dos trabalhos de topografia e geologia com vistas à coleta de informações relativas ao Projeto Básico da UHE de Samuel, a ELETRONORTE deverá manter, na área das obras, vários Engenheiros e

Técnicos que realizarão e orientarão o desenvolvimento dos trabalhos de campo;

3. que a cidade de Porto Velho distante cerca de 50 km do local da UHE de Samuel oferece condições satisfatórias de apoio logístico dispensando, por enquanto, a construção do Acampamento da Usina;

1. Criar Escritório de ELETRONORTE na cidade de Porto Velho, Território Federal de Rondônia, que se denominará "Residência de Porto Velho", para apoio dos serviços locais necessários aos trabalhos de engenharia relacionados com o Projeto Básico da UHE de Samuel.

3. Autorizar a Diretoria Administrativa a contratar e tomar as pro-

vidências devidas para a instalação do referido Escritório, com o apoio da Presidência e demais Diretorias, no que couber, nas suas respectivas áreas de competência.

3. Indicar o Engº Marcelo Seabra de Assis para interinamente, responder pelo chefe do Escritório "Residência de Porto Velho"

Brasília, 25 de março de 1976. — Raul Garcia Llano, Presidente — Wilson Daniel Christofari, Diretor — Jayme Barcessat, Diretor — Henrique Couto Ferreira Mello, Diretor

JUNTA COMERCIAL DO DISTRITO FEDERAL

CERTIDÃO

Certifico que a primeira via deste documento, por despacho do Presidente da JCDF, nesta data, foi arquivada sob o número 0139.

Brasília, 8 de abril de 1976. — Waldemar Peixoto, Secretário-Geral. (Nº 2.390-B — 20.4.76 — Cr\$ 110,00)

BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO

Liquidação da Cooperativa Habitacional de Maringá — COHAMAR — no Estado do Paraná

O Diretor-Supervisor da Área de Programas Habitacionais, usando da atribuição que lhe confere a RD 11

MINISTÉRIO DO INTERIOR

de 1975 e tendo em vista a decisão da Diretoria proferida em sua 511ª Reunião realizada em 28 de maio de 1975, considerando que a Cooperativa Habitacional de Maringá — COHAMAR — no Estado do Paraná

concluiu o seu Programa Habitacional, resolve:

Decorar a liquidação da Entidade: Designar Inquidante o Instituto de Orientação das Cooperativas Habitacionais do Estado do Paraná —

INOCOOP — PR — e recomendar o processamento da medida administrativa, obedecidas rigorosamente as disposições da RD 11-75 e da Lei número 5.764 de 16 de dezembro de 1971.

Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1976 — Honorio Petersen Hungria, Diretor.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO

Relação nº 44, de 1976

PORTARIA Nº 1.099, DE 27 DE ABRIL DE 1976

O Presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado usando das atribuições que lhe confere o artigo 17 do Decreto-lei

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

nº 2.865, de 12 de dezembro de 1940, resolve.

Transferir, a pedido, de acordo com o artigo 52 item I e 53, item I, da Lei

nº 1.711 de 28 de outubro de 1952, e na forma da regulamentação pelo Decreto nº 53.481, de 23 de janeiro de 1964, do Quadro Permanente do Pos-

pital dos Servidores do Estado — HSE para cargo de igual denominação o classe do Quadro Permanente do IPASE, Antonio Carlos da Costa Cavalcanti, ocupante do cargo, Classe "A", da Categoria Funcional de Médico, Código — NS-901 em vaga prevista no Decreto nº 76.594, de 14 de novembro de 1975 (Processo número 52.026/76). — Walter Borges Graçiosa, Presidente.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

Coordenação Regional dos Projetos Fundiários no Estado do Pará e Território Federal do Amapá — CRPF/PA-AP

EDITAL

Com prazo de 90 (noventa) dias

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, pela Coordenação Regional dos Projetos Fundiários no Estado do Pará e Território Federal do Amapá criada pela Portaria nº 1.243, de 26 de agosto de 1975, com fundamento no Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971 e de acordo com os artigos 11 e 97 a 102, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e artigos 3º a 8º da Lei nº 4.947, de 5 de abril de 1966 e artigos 19 a 31 do Decreto-lei número 9.760, de 3 de setembro de 1946 convoca todos os proprietários, foreiros arrendatários, ocupantes, posseiros e quantos se julgarem com direito a qualquer porção de terras situadas dentro do perímetro da área a ser discriminada no Município de Irituia, em consequência do Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971, caracterizada no Memorial Descritivo abaixo, a apresentarem seus títulos, escrituras ou quaisquer outras provas em Direito admitidas, que fundamentem a alegação de propriedade, foro, arrendamento, ocupação

EDITAIS E AVISOS

ou posse sobre a referida área, a partir das nove (9:00) horas do dia 19 de maio de 1976.

A apresentação dos citados documentos deverá ser feita no Escritório do Projeto Fundiário de Paragominas, sito à rua 28 de Dezembro sem número, Irituia, Estado do Pará.

Memorial Descritivo

Partindo da margem esquerda do Rio Guamã na foz do Rio Irituia, sobe-se aquele rio, até a foz do Igarapé Castanhal; daí sobe-se pela margem esquerda desse igarapé, até a sua nascente; desse ponto, segue-se em linha reta, na direção Sul, por aproximadamente 5.000 metros, até a Rodovia PA-01; segue-se por essa rodovia, na direção Oeste, por aproximadamente 21.000 metros, até o seu encontro com o Rio Irituia; daí, desce-se esse rio pela sua margem direita, até a sua foz no Rio Guamã, ponto de partida do presente Memorial.

A área contida nos limites descritos é de aproximadamente 35.500.000 ha (trinta e cinco mil e quinhentos hectares), tomando-se como referência a Carta Planimétrica elaborada pelo Projeto RADAM, edição de 1973, Folha SA-23-V-C, na escala de 1:250.000. Paragominas-PA 3 de abril de 1976. — Delmiro dos Santos, Coordenador Regional CRPF/PA-AP — Vanildo Xavier Correia, Membro Técnico da CRPF/PA-AP.

Com o prazo de 60 (sessenta) dias

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA,

pela Coordenação Regional dos Projetos Fundiários do Maranhão, ... CRPF-MA, criada pela Portaria número 1.243, de 26 de agosto de 1975, com fundamento no Decreto-lei número 1.164, de 1º de abril de 1971 e de acordo com os artigos 11 e 97 a 102, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, artigos 3º a 8º da Lei nº 4.947, de 5 de abril de 1966 e artigos 19 a 31, do Decreto-lei número 9.760 de 5 de setembro de 1946 convoca todos os proprietários, foreiros, arrendatários, ocupantes, posseiros e quantos se julgarem com direito a qualquer porção de terras situadas dentro do perímetro da área a ser discriminada no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão, caracterizada no Memorial Descritivo, abaixo, a apresentarem seus títulos, ou quaisquer outras provas em direito admitidas, que fundamentem a alegação de propriedade foro, arrendamento, ocupação ou posse sobre referida área, a partir das 8.00 horas do dia 19 de abril de 1976.

A apresentação dos citados documentos deverá ser feita no Escritório do Projeto Fundiário de Imperatriz, sito à Avenida Dorgival Pinheiro sem número, na Cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão.

Memorial Descritivo

Partindo do ponto de encontro da Rodovia BR-010, com a Rodovia Municipal denominada Estrada da Cida, próximo ao quilômetro 1.390 daquela, segue-se pela mesma em direção geral Sudeste, com aproximadamente 25.300 (vinte e cinco mil e duzentos) metros até encontrar a ponte so-

bre o Córrego Barra Janda, afluente da margem direita do Rio Tocantins; desce-se por aquele, pela margem direita, em direção geral Sudoeste até a sua foz no Rio Tocantins; desce-se por este, pela sua margem direita, em direção geral Nordeste, até a Foz do Córrego Bom Jesus; por este, pela sua margem esquerda, segue-se até encontrar a Rodovia Municipal denominada Estrada CIDA; segue-se por esta Rodovia em direção geral Nordeste com aproximadamente 20.973 (vinte mil, novecentos e setenta e três) metros até atingir o ponto de encontro com a Rodovia BR-010, ponto de partida do presente Memorial.

A área contida nos limites descritos acha-se situada no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão, medindo-se aproximadamente 70.000.000 ha (setenta mil hectares), tomando-se como referência a Carta Planimétrica elaborada pelo Projeto RADAM, Edição de 1973, fls. SB-23 VC, na escala de 1:250.000.

Imperatriz (MA), 2 de abril de 1976. — Raulo Alves Coordenador Regional dos PF'S/MA. — Antonio Ribeiro Lopes Sobrinho, Membro Técnico da CRPF/MA.

Coordenadoria Regional do Leste Meridional — CR(07) Projeto Fundiário Fazenda Nacional de Santa Cruz

EDITAL, Nº 3/76

Faço público que no dia 30 de abril de 1976, às 14 horas, será levada a efeito a diligência para medição, desmembramento e avaliação do terreno da interior denominado lote nº 01, da

rua Bernardino Alves da Fonseca do PA n.º 21.080 em Santa Cruz, Escadão do Rio de Janeiro, aforado Eneas Alves da Fonseca, objeto do processo INCRA n.º 399/76-CR(07) em que é interessado o Sr. Waldecy Paulino de Araújo, ficando os mesmos convidados a comparecer a citada diligência, bem como os confrontantes.

Santa Cruz — RJ, 6 de abril de 1976. — Admar Borges Fortes da Silva, Executor do CR(07)T(1)DF.

EDITAL N.º 07/76

ação pública que no dia 30 de abril de 1976, às 15 horas, será levada a efeito a diligência para medição, desmembramento e avaliação do terreno de interior denominado lote n.º 8 da Rua Álvaro Alberto do PA. n.º 21.665, a ser desmembrado do lote I-A na mesma rua, em Santa Cruz, Estado do Rio de Janeiro, aforado a Maria Leilão Moreira, objeto do processo número 893/76-CR(07) em que é interessada a Sra. Maria Ramos de Oliveira ficando os mesmos convidados a comparecer a citada diligência, bem como os confrontantes.

Santa Cruz — RJ, 6 de abril de 1976. — Admar Borges Fortes da Silva, Executor do CR(07)T(1)DF.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL

Comissão de Licitação AVISO

TOMADA DE PREÇOS N.º 7-76

Objeto — Fornecimento de refeições Data — 12 (doze) de maio de 1976 às 15 horas

Local — Sala da Comissão de Licitação, 12º andar do Palácio do Desenvolvimento no setor Bancário Norte.

Edital — Afixado no Hall dos Elevadores.

Disposição — A Comissão estará a disposição dos interessados para qualquer esclarecimento de 2ª a 6ª-feira no horário normal de expediente, da repartição.

Brasília — DF., 23 de abril de 1976. Parisia Nunes Fernandes, Presidente da Comissão P. de Licitação

Dias 28-29-30-4-76

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

CONCORRENCIA — EDITAL N.º 33 DE 1976

AVISO

O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem Autarquia do Ministério dos Transportes, torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar Concorrência em data de 25 (vinte e cinco) de maio de 1976, às 10,00 horas no auditório desta Autarquia, situado na Avenida Presidente Vargas, n.º 534 — 3.º andar, na cidade do Rio de Janeiro-RJ, para serviços de melhoramentos e restaurações na rodovia BR-304 RN, trecho Mossoró — Lages subtrecho do km. 189, ao km 234 no valor aproximado de Cr\$ 15.550.000,00 (quinze milhões, quinhentos e cinquenta mil cruzeiros).

O Edital referente aos serviços, sob o n.º 33-76, poderá ser adquirido pelas firmas interessadas na Seção de

Expedição do DNER, na rua General Bruce, 62 — RJ.

Rio de Janeiro, 14 de abril de 1976 — Eng. Salvan Borborema da Silva, Chefe do Grupo Executivo de Concursos.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA ESCOLA TÉCNICA DE ALTO NÍVEL

EDITAL

O Presidente da Equipe Técnica de Alto Nível — ETAN, em exercício, da Escola Técnica Federal de Sergipe torna público o resultado do processo seletivo a que foram submetidos os servidores que, na condição de Clientela Geral, conforme consta do Anexo IV do Decreto n.º 77.375, de 1º de abril de 1976 publicado no Diário Oficial de 6 seguinte, optaram por concorrer às Categorias Funcionais abaixo discriminadas:

Agente Administrativo — LT-SA-801 José Hermínio Matos Filho .. 80,00 José Antônio Vasconcelos 76,00 Valmir Sérgio dos Santos 74,00

Técnico em Assuntos Educacionais — LT-NS-927

Dayse Fonseca Ximenes 83,00

Técnico em Ensino e Orientação Educacional — LT-NS-936

Ednalva Freire Caetano 96,00 Josefina Sant'Anna Sampaio .. 96,00

Assistente Social — LT-NS-930 Ana Custódia de Carvalho Santos 85,00

Auxiliar em Assuntos Educacionais — LT-NM-1025

Ana Zulmira Nou M. Barbosa 94,00 Procurador Autárquico — LT-SJ-1103

Revista Trimestral de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal

Volume 73 * — Julho de 1975

PREÇO: Cr\$ 20,00

A VENDA

Na Cidade do Rio de Janeiro Posto de Venda — Sede: Avenida Rodrigues Alves, n.º 1

Posto de Venda I: Ministério da Fazenda

Posto de Venda II: Palácio da Justiça — 3º pavimento — corredor D — Sala 311

Atende-se a pedidos pelo Serviço de Reembolso Postal

Em Brasília

Na sede do D.I.N.

João de Araújo Monteiro Filho 70,00 Homologo os resultados.

Aracaju, 24 de abril de 1976. — Manoel Xavier de Almeida, Presidente da ETAN em exercício.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL

Conselho Deliberativo

PAUTA DE JULGAMENTO

Nos termos do artigo 9.º da Resolução n.º 2.086, de 2 de setembro de 1974, os processos abaixo relacionados acham-se em pauta de julgamento para as sessões contenciosas, ordinárias, nos dias 3 e 17 de maio; 7 e 14 de junho, às quinze horas; 4 e 19 de maio; 8 e 15 de junho, às dez horas, na sala do Conselho Deliberativo do Instituto do Açúcar e do Alcool, na Praça Quinze de Novembro, 42 — 8.º andar — Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, além dos que forem adiados das sessões anteriores.

PROCESSOS FISCAIS

Estado de Pernambuco

Processo: AI 139-87. Autuada: Usina Barão de Suassuna S. A. (Usina Barão de Suassuna)

Assunto: Recurso "ex officio" — Infração ao artigo 5.º, da Lei n.º 4.071 de 1962, c-c a Resolução 1.963-66, da ex-COMEX do IAA.

Relator: Mário Pinto de Campos

Estado de São Paulo

Processo: AI 232-75 Recorrente: Indústria Açucareira São Francisco S. A. (Usina São Francisco)

Assunto: Recurso voluntário — Infração aos artigos 3.º, 4.º e seus parágrafos, c-c as sanções do artigo 5.º, todos da Lei n.º 4.071-62.

Relator: Arrigo Domingos Falcone

Estado de Pernambuco

Processo: AI 270-64 Autuada: Usina Estrelana S. A. (Usina Estrelana)

Assunto: Recurso "ex officio" — Infração aos artigos 1.º § 2.º; 2.º, 3.º, 3.º § 2.º; 3.º, 6.º e 6.º, todos do Decreto-lei n.º 1.831-39.

Relator: Boaventura Ribeiro da Cunha

Estado de Minas Gerais

Processo: AI 431-74 Recorrente: Usina Açucareira Passos S. A. (Usina Açucareira Passos)

Assunto: Recursos: "ex officio" e voluntário — Infração aos artigos 36,

60, letra b, do Decreto-lei 1.831-39, c-c o artigo 43, da Lei 4.870-65.

Relator: Juarez Marques Pimentel

Estado de São Paulo

Processo: AI 121-75 Recorrente: Usina Açucareira Paredão S. A. (Usina Paredão)

Assunto: Recurso voluntário — Infração ao artigo 36 § 2.º, da Lei 4.870 de 1965, c-c o artigo 6.º e seu § 1.º, do Decreto-lei 308-67.

Relator: Edgard de Abreu Cardoso

Estado do Paraná

Processo: AI 44-76 Recorrente: Açúcar e Alcool Bandeirantes S. A. (Usina Bandeirantes)

Assunto: Recurso voluntário — Infração ao artigo 36 § 2.º, da Lei 4.870 de 1965, c-c o artigo 3.º, do Decreto-lei 308-67.

Relator: Hindemburgo Coelho de Araújo

Estado de São Paulo

Processo: AI 36-76 Recorrente: Usina Açucareira Santa Luiza Ltda. (Usina Santa Luiza)

Assunto: Recurso voluntário — Infração ao artigo 36 § 2.º, da Lei 4.870 de 1965.

Relator: Augusto Cezar da Fonseca

Estado de Minas Gerais

Processo: AI 2-75 Recorrente: Usina Açucareira Paraíso S. A. (Usina Paraíso)

Assunto: Recurso voluntário — Infração aos artigos 2.º e 5.º, da Lei 4.071-62 e artigo 11 da Lei 4.870-65.

Relator: José Pessoa da Silva

Estado de Minas Gerais

Processo: AI 10-75 Recorrente: Usina Açucareira Paraíso S. A. (Usina Paraíso)

Assunto: Recurso voluntário — Infração aos artigos 2.º e 5.º, Lei 4.071 de 1962.

Relator: Adhemar Gabriel Bahadi-an

Estado de Minas Gerais

Processo: AI 294-71 Autuadas: José Alves da Silva, Usina Açucareira Paraíso S. A. (Usina Paraíso), Organização Póvoa Ltda. e Sartori Cereais Ltda.

Assunto: Recurso "ex officio" — Infração 1.º Arts. 40 ou 42; 60, letra c, todos do Decreto-lei n.º 1.831-39, c-c o Decreto n.º 58.605-66; artigo 8.º, do Decreto-lei 16-86 — 2.º) Artigos 31, 36, do Decreto-lei 1.831-39, c-c o Decreto n.º 58.605-66; artigo 12, do Decreto-lei 16-86 e 8.º, do Decreto-lei 58-66 e o 3.º) Artigos 40 ou 42, 63, todos do Decreto-lei 1.831-39, c-c o Decreto 58.605-66, artigo 8.º, do Decreto-lei 58-66 — 4.º) Artigos 33, 63, do Decreto-lei 1.831-39, c-c o Decreto 58.605 de 1966 e artigo 8.º, do Decreto-lei 58-66.

Relator: José Gonçalves Carneiro

MINISTÉRIO DO INTERIOR

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO

OBRAS DO JAÍBI

Pré-qualificação

A Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco —

CODEVASF, por seu Departamento de Licitações e Contratos, torna público que foi alterado para o dia 16 (dez) de maio de 1976, o recebimento dos documentos de Pré-qualificação para as obras do Distrito Agroindustrial do Jaíba, no Estado de Minas Gerais.

O recebimento dar-se-á às 15,00 horas no mesmo local anteriormente designado.

Fica modificado o item 3 do Edital de Pré-qualificação que passa a ter a seguinte redação:

"3. Poderão se habilitar a classificação para apresentação de propostas, empresas que tenham, na data da publicação deste Edital, um capital mínimo de Cr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros) com um índice de liquidez corrente mínimo de 2,0 e esteja regularmente inscrita no órgão da classe."

Permanecem inalterados os demais itens do Edital.

Brasília, D.F., 14 de abril de 1976. — Fernando Antonio Freire de Andrade — Gerente do Departamento de Licitações e Contratos. Dias: 26, 27 e 28.4.76.

CONSTITUIÇÃO

DA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

EMENDA Nº 1 — DE 17-10-1969

EMENDA Nº 2 — DE 9-5-1972

EMENDA Nº 3 — DE 15-6-1972

Com Índice Alfabético Remissivo

DIVULGAÇÃO Nº 1.161

3ª edição

PREÇO: Cr\$ 10,00

A VENDA

Na Cidade do Rio de Janeiro

Posto de Venda — Sede: Avenida Rodrigues Alves, 1

Posto de Venda I: Ministério da Fazenda

Posto de Venda II: Palácio da Justiça, 3º pavimento —
Corredor D — Sala 311

Atende-se a pedidos pelo Serviço de Reembolso Postal

Em Brasília

Na sede do D.I.N.